

# **Grupo de Trabalho**

## **Integridade, Igualdade e Combate à Violência no Desporto**

### **Contributos e Potenciais Medidas**

#### **Autores**

Unidade Técnico-Científica de Desporto da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto

Martin Camiré (Universidade de Ottawa, Canadá)

Dany J. MacDonald (Universidade de Prince Edward Island, Canadá)

Leisha Strachan (Universidade de Manitoba, Canadá)

Scott Pierce (Universidade do Estado de Illinois, Estados Unidos da América)

Scott Rathwell (Universidade de Lethbridge, Canadá)

Tarkington J. Newman (Universidade de New Hampshire, Estados Unidos da América)

Stewart Vella (Universidade de Wollongong, Austrália)

Michel Milistetd (Universidade de Florianópolis, Brasil)

Porto, 30 de março de 2023

# Índice

<b>Notas Prévias .....</b>	<b>3</b>
<b>Estado Atual do Desporto em Portugal: Evidências .....</b>	<b>4</b>
<b>Contributos e Sugestões .....</b>	<b>6</b>
<b>Referências .....</b>	<b>8</b>

## Notas Prévias

Atendendo à matéria em questão, a Proposta de Lei n.º 44/XV/1.<sup>a</sup>, que reforça os mecanismos de combate à violência no desporto, se encontra em fase de apreciação na especialidade no Grupo de Trabalho subordinado ao tema da Integridade, Igualdade e Combate à Violência no Desporto, coordenado pelo Senhor Deputado Francisco Dinis, vimos por este meio apresentar um conjunto de contributos que nos parecem relevantes e que podem complementar as medidas previstas. Estes contributos sustentam-se no trabalho de investigação e intervenção realizado desde 2015 subordinado ao tema ‘Formação de Agentes Desportivos e Desenvolvimento Positivo dos Jovens através do Desporto: Teoria, Investigação e Prática’ que visa identificar estratégias de remediação que possam *atenuar* e, preferencialmente, *eliminar* comportamentos violentos, discriminatórios e de abuso na prática desportiva (i.e., matéria central desta proposta legislativa), mas também *promover* competências e oportunidades de aprendizagem para que os agentes desportivos possam utilizar o valor educativo do desporto (i.e., sugestões para outras propostas legislativas).

Neste sentido, o propósito deste documento é apresentar um conjunto de evidências que resultam do trabalho desenvolvido de 2015 a 2022 (e em curso), envolvendo uma equipa multidisciplinar composta por investigadores e profissionais ligados a múltiplas áreas desde as ciências do desporto, educação, psicologia e justiça social, bem como diversos contributos e potenciais medidas. Assumimos, desde já, que estes contributos extrapolam o âmbito da Proposta de Lei n.º 44/XV/1.<sup>a</sup> devido ao facto de as questões a serem tratadas requererem uma abordagem sistémica de todo o sistema desportivo, baseada em uma lógica de prevenção e promoção.

## Estado Atual do Desporto em Portugal: Evidências

No âmbito do combate à violência, promoção da integridade e equidade de género, podemos constatar que têm sido desenvolvidos esforços, no sentido de promover **(1)** a partilha de estratégias pedagógicas destinadas a diversos agentes desportivos; **(2)** a criação de ações de sensibilização que visam apresentar recursos e proporcionar oportunidades de aprendizagem a diversos agentes desportivos; **(3)** os apoios financeiros necessários para que os pontos anteriores sejam exequíveis e propagados pelo país. Apesar disso, os dados existentes indicam um aumento **(1)** dos comportamentos de *bullying* no desporto de formação (e.g., Nery et al., 2019); **(2)** de violência física e verbal (ver relatórios recentes analisados por esta comissão); **(3)** da discriminação e perpetuação de estereótipos de género (e.g., Santos et al., 2019a); **(4)** na falta de equidade de género que se manifesta, não apenas no acesso, mas na qualidade das oportunidade de prática proporcionadas (e.g., Santos et al., 2019). Adicionalmente, verifica-se que a **(5)** formação inicial e contínua de treinadores se centra, essencialmente, no ensino de habilidades motoras (e.g., habilidades técnicas, habilidades táticas e aspetos da condição física), sendo que conteúdos como equidade de género, desenvolvimento pessoal e social, ética desportiva, justiça social, saúde mental e práticas inclusivas não merecem atenção suficiente (Santos et al., 2022a). Recentemente, analisamos todas as ações de formação promovidas e acreditadas pelo Instituto Português do Desporto e da Juventude de 2014 a 2020, tendo-se constatado que estes temas se tornam quase irrelevantes no processo de formação contínua de treinadores (Santos et al., 2023). Por fim, **(6)** a flexibilidade e abertura dadas às federações, associações desportivas, clubes e instituições de ensino superior têm resultado em um conjunto de medidas e efeitos com um impacto residual na mudança das práticas dos agentes desportivos (Santos et al., 2022b).

Os estudos que sustentam estas evidências envolveram mais de 200 agentes desportivos, especificamente treinadores, dirigentes e formadores e diversos âmbitos/linhas de investigação como:

- (1)** Descrição dos perfis de treinadores em relação à abertura para a aprendizagem de conteúdos como equidade de género, desenvolvimento pessoal e social, ética desportiva, justiça social, saúde mental e práticas inclusivas;
- (2)** Análise das perceções de agentes desportivos de federações e clubes acerca das suas necessidades para que a promoção dos aspetos referidos no ponto (1) possa ser efetiva;
- (3)** Levantamento, a partir dos dados disponibilizados pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, das tendências da formação contínua de treinadores (e.g., conteúdos, carga horária por tópico, local de realização);
- (4)** Análise dos planos anuais e relatórios de atividades de todas as federações desportivas de 2019 e 2020 em que se faz menção, de forma redutora, superficial e/ou pouco efetiva a temas como equidade

de género, desenvolvimento pessoal e social, ética desportiva, justiça social, saúde mental e práticas inclusivas;

- (5) Reflexão acerca do contributo da formação de treinadores para a promoção da justiça social (Santos et al., 2022c);
- (6) Análise das barreiras percebidas por treinadores e investigadores na relação, que se pretende efetiva, entre a investigação e a prática pedagógica.

## Contributos e Sugestões

Mediante o exposto e o levantamento de necessidades realizado sugere-se considerar o seguinte:

- (1) que a tutela monitorize, *ativamente*, a estrutura dos cursos de formação inicial e contínua de treinadores e professores, bem como de outros agentes desportivos, partindo do pressuposto *que a violência no desporto e as iniquidades são, também, um problema educativo*. Este recurso, a educação/formação através e no desporto, é o mais económico e útil à disposição do sistema desportivo e da tutela. Todavia, torna-se necessário **legislar a inclusão, na Formação Inicial e Contínua, de temas como equidade de género, desenvolvimento pessoal e social, ética desportiva, justiça social, saúde mental e práticas inclusivas**. Uma oferta formativa centrada nestes temas é essencial para que se possam desenvolver fatores promotores e preventivos que contribuíssem para a diminuição de episódios de violência e iniquidades. **A necessidade de se construir um Plano de Formação Contínua alinhado com as premissas da legislação;**
- (2) O plano de formação contínua citado previamente deve respeitar as necessidades de treinadoras e atletas, sendo que, a generalidade das ações, não atendem às especificidades destes agentes. Para além disso, deve facilitar-se o acesso de treinadoras aos clubes e aos cursos de formação inicial, sendo que a criação de equipas femininas deve, também, ser valorizada pela tutela. **Estes aspetos, mediante o cenário atual, devem ser determinados pela tutela e legislados**. Esperar que tal aconteça, sem estímulos extrínsecos, tem-se constatado que é irrealista;
- (3) A utilização de **critérios distintos para as medidas a adotar no combate à violência nos recintos desportivos em contextos de formação** (i.e., crianças e jovens), **rendimento, alto rendimento, entre outros** (i.e., adultos). As medidas a adotar em contextos de formação, pelo impacto significativo de experiências negativas no desenvolvimento de crianças e jovens e na adesão à prática de atividade física e desportiva, devem ser mais severas. Esta abordagem deve ser aplicada em outros domínios como a discriminação, o racismo, entre outros relevantes;
- (4) Sabe-se que na prática desportiva, em muitos casos, é colocado ênfase, pelas pressões sociais inerentes, exclusivamente, no resultado desportivo e, mais grave, no resultado a todo o custo, sendo que a violência e as iniquidades são normalizadas no sistema desportivo. A investigação sustenta, de forma clara, estas afirmações (e.g., Camiré & Santos, 2019; Santos et al., 2018a; Santos et al., 2018b). Por isso, **salienta-se a importância de responsabilizar, efetivamente**, as federações desportivas, associações, clubes e instituições de ensino superior

pela implementação de práticas e políticas associadas a temas como equidade de género, desenvolvimento pessoal e social, ética desportiva, justiça social, saúde mental, práticas inclusivas e violência no desporto. Neste sentido, **um plano estratégico para a promoção de uma prática desportiva de qualidade** (2025-2030) que integre os resultados esperados no trabalho desenvolvido pelas organizações mencionadas acima poderá levar a que o sistema desportivo e a atribuição de financiamento deixem de depender, exclusivamente, da *quantidade das ações*, mas, essencialmente, da sua *qualidade* (i.e., impacto efetivo). A título de exemplo, se o objetivo estratégico for diminuir os episódios de violência em uma determinada modalidade desportiva e se este se encontra explicitado na legislação, as organizações desportivas terão de desenvolver processos que permitam alcançar esta meta. Estando o financiamento dependente deste resultado e dos processos que lhes estão inerentes, as organizações desportivas irão alterar o seu modo de funcionamento, especificamente a gestão de prioridades. Neste momento, o financiamento depende, essencialmente, do número de praticantes (ver Carvalho, 2022);

- (5) Potenciar a **investigação como recurso para a mudança e melhoria do sistema desportivo**, ainda que, como muitas vezes se constata, os investigadores também sofrem de pressões sociais e são avaliados por métricas, essencialmente, de resultado. Existem muito poucos investigadores em Portugal que se têm debruçado nas temáticas abordadas por esta comissão.

## Referências

1. Camiré, M., & Santos, F. (2019). Promoting positive youth development and life skills in youth sport: Challenges and opportunities amidst increased professionalization. *Journal of Sport Pedagogy and Research*, 5(1), 27-34.
2. Carvalho, J. (2022). *Sistema político desportivo e o modelo de financiamento em Portugal*. Instituto Português do Desporto e Juventude e Edições Afrontamento.
3. Santos, F., Gould, D., & Strachan, L. (2018a). Research on Positive Youth Development-focused Coach Education Programs: Future Pathways and Applications. *International Sport Coaching Journal*, 6(1), 132-138. <https://doi.org/10.1123/iscj.2018-0013>
4. Santos, F., Camiré, M., & Campos, P. (2018b). Youth sport coaches' role in facilitating positive youth development in Portuguese field hockey. *International Journal of Sport and Exercise Psychology*, 16(3), 221-234. <https://doi.org/10.1080/1612197X.2016.1187655>
5. Nery, M., Neto, C., Rosado, A., & Smith, P. (2019). Bullying in youth sport training: A nationwide exploratory and descriptive research in Portugal. *European Journal of Developmental Psychology*, 16(4), 447-463. <https://doi.org/10.1080/17405629.2018.1447459>
6. Santos, F., Rathwell, S., Sabino, B., Camiré, M., Strachan, L., & MacDonald, D. J. (2023). Analyzing continuous coach education courses in Portugal: Implications for youth development. *International Journal of Sports Science & Coaching*. Advance online publication. <https://doi.org/10.1177/17479541231164736>
7. Santos, F., Corte-Real, N., Regueiras, L., Dias, C., Martinek, T., & Fonseca, A. (2019a). Coaching effectiveness within competitive youth football: Youth football coaches' and athletes' perceptions and practices. *Sports Coaching Review*, 8(2), 172-193. <https://doi.org/10.1080/21640629.2018.1459356>
8. Santos, F., Camiré, M., MacDonald, D., Conceição, M., Silva, A. (2019b). Process and outcome evaluation of a positive youth development-focused coach education course. *International Sport Coaching Journal*, 6(1), 1-12. <https://doi.org/10.1123/iscj.2017-0101>
9. Santos, F., Camiré, M., & MacDonald, D. J. (2022a). Profiling coach openness to positive youth development before, during, and after their participation in a coach education course. *The Sport Psychologist*, 36(2), 128-138. <https://doi.org/10.1123/tsp.2021-0067>
10. Santos, F., Ferreira, M., & Holt, N. L. (2022). Coaches' and researchers' perceptions of the factors that influence knowledge translation for coaching in Portugal and Brazil. *International Sport Coaching Journal*. Advance online publication. <https://doi.org/10.1123/iscj.2020-0069>

- 11.** Santos, F. (2022c). How can we use social justice lenses to conceptualize contemporary sport? Continuing to make sense of potential challenges and future pathways across socio-cultural contexts. *Sport Social Work Journal*, 2(1), 1-6.  
<https://doi.org/10.33043/SSWJ.2.1.1-6>